



PARLAMENTO

MATO GROSSO

EDIÇÃO DIGITAL ONLINE

ANO XXVII
Novembro / 2023
R\$ 6,90
Edição Nº 09



Chapada dos Guimarães

Parlamento aprova estrada mais segura, a MT-030, para chegar às belezas do parque

Opinião

Damião Feliciano fala sobre a atuação da Bancada Negra





**SEU MELHOR
ESTILO ESTÁ EM
RONDONÓPOLIS**



CASAPRADO.COM.BR



CASA  PRADO

LOJA 1 - RONDON PLAZA
LOJA 2 - RUA RONDONÓPOLIS
3065 - CENTRO

Nova rota para a Chapada

O Parlamento aprovou uma emenda que implementará a rodovia MT-030, rota alternativa entre as cidades de Cuiabá e Chapada dos Guimarães, e agora está mais perto de se tornar realidade. O projeto nasceu com a lei nº 9.003/2008, de autoria do então deputado Otaviano Pivetta, atual vice-governador de Mato Grosso. A lei autoriza o Poder Executivo a implantar a MT-030 que, desde então, encontrou entraves de ordem política e financeira para se concretizar.

A nova rodovia tem a promessa de dar mais segurança para turistas chegarem ao Parque Nacional da Chapada dos Guimarães e contribuir com a qualidade de vida dos moradores e fomentar a economia local. E nesta edição, apresentamos esta notícia por considerar que quando os interesses estão centrados no fortalecimento do Estado de Mato Grosso, os projetos se tornam reais. E agora com o apoio político, o momento é favorável.

Boa leitura

Hulda Rode
Editora-Geral

I RESUMO

05 | OPINIÃO | Damião Feliciano

07 | CAPA | Nova estrada Cuiabá-Chapada dos Guimarães: a MT-030

13 | BANCADA FEDERAL | Concursos Públicos

15 | BANCADA FEDERAL | Notas

22 | ASSEMBLEIA LEGISLATIVA | Equilíbrio financeiro do MT Prev

24 | ASSEMBLEIA LEGISLATIVA | Notas

27 | CÂMARAS MUNICIPAIS
IFMT comemora 80 anos

28 | CÂMARAS MUNICIPAIS | Notas



RDM PARLAMENTO MATO GROSSO NÃO SE RESPONSABILIZA POR MATÉRIAS E ARTIGOS ASSINADOS, QUE NÃO REFLETAM NECESSARIAMENTE A OPINIÃO DA REVISTA. AS MATÉRIAS ESPECIAIS PUBLICADAS NA RDM SÃO DE COLABORAÇÃO DE SEUS AUTORES E CEDIDAS ESPONTANEAMENTE, SEM FINS LUCRATIVOS.

COMERCIAL/MÍDIA:
ARTUR DIAS DA FONSECA NETO
(65) 3623-1170
(65) 99682-1470

midia@revistardm.com.br
comercial@revistardm.com.br

ADMINISTRATIVO CENTRAL
(65) 3623-1170

IMPRESSÃO:

Escreva
EDITORA E LIVRARIA

A REVISTA RDM PARLAMENTO MATO GROSSO É PUBLICAÇÃO

Bancada Negra no Parlamento: retrato do povo brasileiro



Bancada Negra na Câmara. Foto: Zeca Ribeiro/Câmara dos Deputados

Damião Feliciano

A composição da Bancada Negra da Câmara dos Deputados vai do PT ao PL, do União ao Psol. Há o retrato do povo brasileiro na instância criada oficialmente no começo de novembro, com a aprovação em plenário do Projeto de Resolução (PRC) 116/23.

A bancada representa os 122 deputados e deputadas federais que se autodeclararam pretos ou pardos na última eleição. Eu, Damião Feliciano, tenho a honra de ter sido escolhido como coordenador-geral, tendo como colegas, na 1ª vice-coordenadoria, Talíria Petrone

(Psol-RJ), na 2ª vice-coordenadoria, Benedita da Silva (PT-RJ), e na terceira, Sílvia Cristina (PL-RO).

Institucionalmente, temos direito de votar na reunião de líderes, quando o presidente da Câmara define a pauta de votações. Também poderemos falar em plenário semanalmente, por cinco minutos, para expressar a posição dos nossos integrantes.

Teremos voz e voto como um grupo. E dali, produzir soluções. Embora essa seja uma instância nova, representa décadas de luta

dentro e fora do parlamento. Nesse sentido, existe muita gente que veio antes e proporcionou que pudéssemos chegar a essa vitória.

Nessa luta, cada um, cada uma, tem o seu papel — seja na militância negra, que exerce um papel muito importante; seja no Poder Executivo, com o fortalecimento do Ministério da Igualdade Racial; seja por meio das organizações da sociedade civil. Sem contar a resistência, as estratégias de sobrevivência e as tecnologias ancestrais do povo negro desde o período da escravização até aqui.

Damião Feliciano



Nesse contexto, a Bancada Negra parlamentar vem somar, tendo papéis muito específicos: político, parlamentar e institucional. Primeiro, nós temos que, com todas as forças sociais, avaliar quais são as medidas que estão em tramitação no parlamento que podem, nos inúmeros projetos, de maneira transversal, significar a voz e as demandas históricas da população negra brasileira, contando com o fato de termos o deputado Arthur Lira como presidente da Casa, uma pessoa com sensibilidade social e coragem que, de forma aguerrida, permitiu que essa lacuna fosse preenchida na Câmara Federal.

Portanto, temos que aproveitar essa janela de oportunidade para colocar em prática avanços institucionais e legais a partir de temas que possamos discutir, articular e promover por meio do trabalho da bancada – seja em nível de regulação governamental ou de solução legal para alcançar avanços institucionais importantes para o povo negro, com vistas à melhoria da qualidade de vida, dos índices e estatísticas desfavoráveis em âmbitos como saúde, educação, segurança pública e moradia.

Sabemos que é necessário evitar ou coibir injustiças que continuam acontecendo. Então, o primeiro objetivo da Bancada Negra é fazer articulação política dentro do parlamento levantando todos os temas que existem nas agendas do Judiciário, Executivo e Legislativo para que possamos, com uma visão muito objetiva, cumprir com o objetivo de fomentar a justiça.

A bancada faz parte de um momento e de um resgate histórico. É tempo de refletir sobre o que temos para fazer, o tempo e a urgência de cada uma dessas coisas, eleger prioridades e trabalhar. Sentimos que é hora de ouvir, entender, dialogar a partir do lugar de uma instância nova, uma bancada que se destaque pela questão racial, sendo, portanto, algo que nunca houve no Brasil.

Chegamos reverenciando quem veio antes, mas com a grande responsabilidade de abrir caminho para aqueles que vêm depois, não permitindo que haja retrocessos no percurso. Admitindo os atrasos e os estragos causados pelo racismo estrutural que permeia as relações sociais, culturais e econômicas no nosso país, precisamos nos perguntar não apenas o que é mais importante, mas aquilo que é mais rápido e eficaz para ser feito dentro da política, dentro do parlamento.

A verdade é que pretendemos fazer aquilo que é possível. E o possível é muito importante porque, se nós temos algo que é possível fazer e não está sendo feito, devemos fazê-lo. E serão esses avanços institucionais de fazer o que não foi feito ainda e impedir repetições e retrocessos o nosso foco.

Queremos que a população brasileira, sobretudo os 56% de pretos e pardos, nos cobre transformações. Queremos resultado, e o que vamos fazer é uma política de transformação, de resgate da história e de justiça para a população negra e parda. Nós temos esse compromisso.

Damião Feliciano é deputado federal (União-PB) e coordenador da Bancada Negra.



MT-030: nova rodovia ligará Cuiabá a Chapada dos Guimarães

A ideia é asfaltar a estrada que passa pela área rural de Cuiabá e vai até as comunidades do Coxipó do Ouro e de São Jerônimo

Da Redação

Um projeto aprovado em 2008 propõe a construção de uma nova rodovia, ligando Cuiabá a Chapada dos Guimarães, porém 15 anos se passaram e até hoje a MT-030 ficou só na intenção. Com os riscos de deslizamento cada vez maiores na MT-251, foram reacendidos os debates a respeito desta alternativa. Mas o que falta para o projeto sair do papel?

A ideia, apresentada pelo deputado estadual Ondanir Bortolini (PSD), o Nininho, é asfaltar a estrada que passa pela área rural

de Cuiabá e vai até as comunidades do Coxipó do Ouro e de São Jerônimo.

A futura rota vai alcançar os paredões da Chapada, que será o trecho mais caro e complexo da obra, já que será preciso construir viadutos para ligar a parte baixa – na depressão cuiabana – com a parte alta – no planalto da chapada.

A nova rodovia vai eliminar curvas e, com isso, reduzir em 30 km o percurso entre as duas cidades. No mapa abaixo comparamos a diferen-

ça dos trajetos da MT-251 e da futura MT-030, que seguirá praticamente em linha reta.

“Levei a sugestão de fazer essa rota alternativa, que seria uma maneira de melhorar o tráfego e desenvolver o turismo melhor em Chapada dos Guimarães. O governador na época me autorizou, inclusive contratou uma empresa para elaboração do projeto só que posterior, com a mudança de governo, não efetuaram os pagamentos a empresa, que veio a ter dificuldades e paralisou”, explica Nininho.

A MT-030 deve também aumentar o turismo na região do Coxipó do Ouro, muito procurada para os banhos de rio. Moradores querem que, junto com a estrada, chegue também a infraestrutura necessária para não haver degradação do meio ambiente.



Para a rodovia sair do papel é necessário um projeto de viabilidade técnica. A Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso (ALMT) está propondo pagar esse projeto. De acordo com o presidente da assembleia, deputado Eduardo Botelho, recursos para a obra já foram previstos na LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias) para o ano que vem. “Já fizemos um pré-estudo e colocamos isso na LDO, também vamos colocar recursos na LOA (Lei Orçamentária Anual) para essa obra. Estamos, inclusive, fazendo uma proposta da ALMT entrar com parte do recurso para custear o projeto desta obra pra que ela saia”, afirma o presidente.

Botelho ressaltou ainda a importância da rodovia para a região e como ela irá melhorar o trânsito da via.

“Nós queremos criar essa alternativa pra alavancar o turismo, para dar mais segurança e tranquilidade para todas aquelas pessoas que vem daquela região de Campo Verde, Paranatinga, Nova Brasilândia; todas que usam esse trajeto, então seria uma nova opção”, concluiu presidente da ALMT.

Expectativa dos moradores

A nova rodovia MT-030 é um sonho antigo de moradores da região rural, que sofrem com a estrada de terra todos os dias. “Período da chuva é buraco, período da seca é poeira”, conta o morador Vitório Filho.

Produtores rurais também aprovam o asfalto pra facilitar o escoamento da produção. “Para o cliente vir buscar 10, 20 peixes, ele não vem.

Com a nova rodovia o pequeno produtor pode levar o seu pé de alface, mandioca, o que for, tudo pra cidade, muito mais fácil. Desse tipo aqui ninguém anima”, afirma o produtor rural Luiz Carlos Queiroz.

A MT-030 deve também aumentar o turismo na região do Coxipó do Ouro, muito procurada para os banhos de rio. Moradores querem que, junto com a estrada, chegue também a infraestrutura necessária para não haver degradação do meio ambiente.

“Tem que ter alguma organização, se não houver continua pior do que estava, porque o impacto ambiental chega e não tem como recuperar”, destaca o comerciante João Gonçalves. Os moradores têm até uma campanha chamada “asfalto já na ponte de





A nova rodovia MT-030 é um sonho antigo de moradores da região rural, que sofrem com a estrada de terra todos os dias. Foto: Divulgação

ferro”. A Sinfra (Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística) assinou a ordem de serviço para o início das obras de asfaltamento da MT-030, a estrada da ponte de ferro, em Cuiabá.

No bairro Doutor Fábio, que é onde deve ser o início da obra. Serão asfaltados 4,36 km na rodovia entre o bairro Dr. Fábio e a ponte sobre o Rio Coxipó. O Governo de Mato Grosso vai investir R\$ 8.278.02,16 na obra.

Segundo a Sinfra, a empresa vencedora da licitação já está em processo de mobilização para montar o canteiro de obras e iniciar os serviços nos próximos dias.

A região da ponte de ferro é um destino procurado para lazer pela população da capital. Além de ser uma das rotas para o Coxipó do Ouro, o entorno da rodovia também conta com chácaras e produção de agricultura familiar. O asfalto é esperado há décadas pela população local.

Em 2022, a Sinfra chegou a licitar o asfaltamento da ponte de ferro, no entanto, a empresa vencedora não executou a obra e, após diversas notificações, o contrato foi rescindido. Após atualizações no projeto, a obra foi licitada novamente em agosto deste ano.

A Sinfra também está finalizando projetos para duplicar a ponte sobre o Rio Coxipó, que atualmente só comporta a passagem de um carro por vez.

Cáceres e San Matias

Trocas culturais, sociais e econômicas há mais de um século



A integração urbana entre os países vizinhos permite o livre comércio na região e potencializa a economia.

Por Márcio Camilo

O decreto federal estabelecendo Cáceres e San Matias como cidades-gêmeas é de 2019. No entanto, a ligação dessas cidades é secular, remontando ao século 18. Tanto Cáceres, do lado brasileiro, quanto San Matias, do lado boliviano, foram criadas como estratégias imperiais de demarcação territorial e delimitação da fronteira entre os dois países, que, à época, eram colônias portuguesas e espanholas. No entanto, não há fronteiras físicas que consigam barrar as relações linguísticas, econômicas e socioculturais entre os seres humanos.

Estudos do Grupo de Pesquisa "Fronteira Oeste: poder, economia e sociedade", da Universidade Estadual de Mato Grosso (UNEMAT), apontam que Cáceres e San Matias possuem fortes ligações culturais e socioeconômicas, há,

pelo menos, um século. E isso se estabelece por meio de casamentos entre cacerenses e matienhos, influência das línguas portuguesas e espanholas nas duas cidades, e pela troca de comércio e uso dos bens públicos entre os cidadãos e cidadãs das duas cidades.

A professora do Departamento de História da Unemat, e integrante do Grupo de Pesquisa "Fronteira Oeste", Maria do Socorro de Sousa Araújo, detalha que essas relações dão uma vida muito grande ao cotidiano entre Cáceres e San Matias, que estão separadas por apenas 80 km de fronteira seca.

Para se ter uma ideia, para um matienho se deslocar até a capital Santa Cruz de la Sierra, na Bolívia, são 750 km de rodovia, em sua maioria sem asfalto.

Assim, muitos preferem recorrer a Cáceres para fazer consultas médicas e comprar mercadorias, poupando tempo e dinheiro.

Em entrevista ao portal da Unemat, a professora Socorro destacou que tem mercado em Cáceres que vende aproximadamente R\$ 1,5 milhão por mês para San Matias. Acrescenta que todos os impostos, resultantes dessas transações, são pagos, passando pelo controle alfandegário entre Brasil e Bolívia, que fica no mesmo prédio.

Na mesma entrevista ela reforçou que o conceito de cidades gêmeas, bem como sua efetiva aplicação legal e prática, minimiza a burocracia que recai sobre cacerenses e matienhos, potencializando a integração econômica, social e

cultural entre Brasil e Bolívia.

"Essas relações econômicas já existem há pelo menos um século. Existe atualmente, em Cáceres, uma perspectiva de instalações de um comércio multilateral com o "bônus" que uma operação dessa natureza requer, sobretudo, em relação às questões tributárias. Até onde conheço, a prefeitura de Cáceres tem se esforçado na busca de condições políticas para o funcionamento efetivo desse investimento", destaca a professora Socorro, em entrevista a RDM.

Regulamentação

Quando o assunto é a facilitação das relações econômicas entre as cidades-gêmeas, academia e o campo político caminham juntos.

Exemplo disso são os projetos que tramitam na Assembleia Legislativa de Mato Grosso (AL-MT), pedindo para o governo do estado regulamentar de uma vez por todas a instituição de Cáceres como cidade-gêmea de San Matias. A situação foi abordada na Assembleia, durante o mês de junho, pelo deputado Faissal Calil (Cidadania) e pelo suplente Francis Maris, que já foi prefeito de Cáceres.

Segundo eles, Cáceres tem muito a se desenvolver com a legislação, pois ela irá proporcionar que as pessoas façam compras - entre as duas cidades - sem pagar impostos até o montante de 500 dólares. Acima disso seriam cobra-

dos os impostos de ICMS, mas, na metade do valor.

Francis detalha que esse é o conceito de Free Shops (lojas francas), que são compras de produtos, relacionados ao turismo, com isenção de impostos. O político acredita que isso impulsionará a economia de Cáceres, a partir de muitos turistas que poderão acessar - com valores mais em conta - pousadas, passeios de chalanas pelo Rio Paraguai e visitação ao Pantanal.

“Essas relações econômicas já existem há pelo menos um século. Existe atualmente, em Cáceres, uma perspectiva de instalações de um comércio multilateral com o "bônus" que uma operação dessa natureza requer, sobretudo, em relação às questões tributárias”

Ele acrescenta que todos os estudos e documentação, a partir da Unemat e Associação Comercial e Empresarial de Cáceres (Acec), já viabilizaram o potencial das cidades-gêmeas, em diferentes aspectos. Enfatiza que toda papelada já foi encaminhada para análise da Secretaria de Estado de Fazenda (Sefaz-MT), e que, agora, “está nas mãos” do secretário Rogério Gallo publicar o decreto para regulamentar as transações comerciais entre as cidades-gêmeas.

O engenheiro civil Adilson Reis, também comunga das mesmas ideias de Francis.

“Na hora em que o governo estadual liberar o comércio de moeda estrangeira, no centro urbano de Cáceres, nós vamos ter um comércio internacional na região. Imagine isso enquanto um vetor de atração do turismo. E isso está prestes a acontecer”, acredita o especialista que há décadas estuda a realidade econômica da região, principalmente no contexto da Zona de Processamento e Exportação (ZPE) de Mato Grosso em Cáceres.

A Portaria

A Portaria do Governo Federal que determinou Cáceres como cidade gêmea de San Matias foi publicada em 29 de abril de 2019. Mas, passados 4 anos da medida, nenhuma política pública, de fato, foi estabelecida para tratar dos problemas e oportunidades comuns aos dois lados da fronteira.

O Ministério da Integração Nacional define como cidades-gêmeas aqueles municípios situados na linha de fronteira, seca ou fluvial, integrada ou não por obras de infraestrutura, que representam grande potencial de integração econômica e cultural.



Cáceres e San Matias foram estabelecidas como cidades-gêmeas em 2019.

Foto: Divulgação

Projeto de Lei quer acabar com cadastro reserva em concursos públicos

Foto: Will Shutter / Agência Câmara de Notícias



De autoria da deputada Coronel Fernanda (PL-MT), proposta pretende forçar administração pública a convocar todos os aprovados

Coronel Fernanda (PL-MT) é autora do projeto que visa o fim do cadastro de reservas para concursos.

Priscila Crispi

O Projeto de Lei (PL) 3711/23, de autoria da deputada Coronel Fernanda (PL-MT), que tramita na Câmara dos Deputados, proíbe a realização de concursos públicos exclusivamente para formação de cadastro reserva, uma espécie de lista com aprovados à espera da abertura de vagas. Antes de ser votado, o PL ainda será analisado pelas comissões de Administração e Serviço Público, de Constituição e Justiça e de Cidadania.

A vedação não se aplica à lista de aprovados, três vezes maior que o número de vagas, que podem ser convocados a assumir caso os primeiros colocados não tomem posse, apenas aos certames que não especificam a quantidade de vagas a serem preenchidas pela administração pública. Se aprovado, o PL se aplicaria apenas àqueles concursos cujos editais tenham sido publicados depois da data de vigência da futura lei.

A autora da proposta defende que a proibição vai incentivar os governos a planejarem suas necessidades de pessoal de forma mais adequada e realista. "Essa modalidade de concurso sem vagas é recente e uma enganação, ela tem outros fins, eleitoreiros, mas não

visa cumprir o objetivo do concurso, que é o provimento de pessoal para a administração pública. O que nós queremos é proteger o concursado, proibir o prejuízo às pessoas que se preparam, pagam a inscrição, e nunca serão chamadas. Mas também ao ente público, que normalmente tem a necessidade de pessoal, mas acaba ficando sem ocupar a vaga", afirma a deputada.

Na visão de Gabriel Granjeiro, presidente do Grancursos, o projeto vai na contramão do que tem acontecido em alguns estados: "Aqui no Distrito Federal, por exemplo, foi aprovada uma lei que permite nomear até quem ficou de fora do cadastro reserva, ou seja, sem a limitação do número de aprovados."

Granjeiro acredita que o projeto tem poucas chances de ser aprovado com a

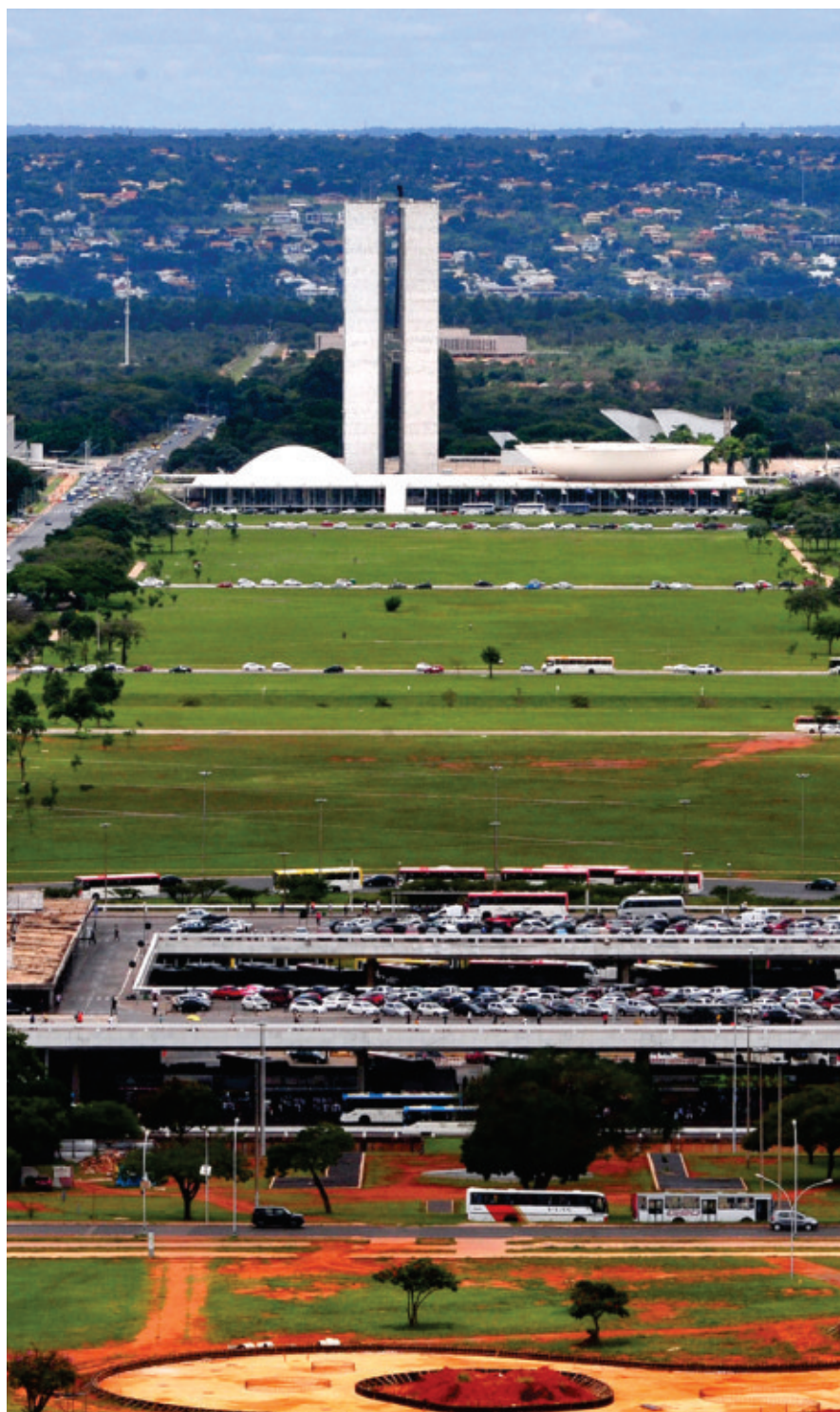
atual redação. "Temos que ter em mente que é um projeto de lei que tem muito pela frente, mas caso passe da forma que está, a tendência é que alguns órgãos fiquem mais receosos e não queiram colocar [no edital] muitas vagas, porque isso pode gerar um desafio orçamentário mais à frente»

O empresário diz que, nesse cenário, a tendência é existirem concursos com menos vagas, porém mais fre-



Foto: Arquivo Pessoal

Buscando a carreira de educação, Estevan é contra a proposta.



A autora da proposta, deputada federal Coronel Fernanda, defende que a proibição vai incentivar os governos a planejarem suas necessidades de pessoal de forma mais adequada e realista.

quentes, com todos os aprovados tendo a garantia de nomeação. "O projeto é bem intencionado, mas tem que levar em consideração que às vezes é difícil para o órgão se comprometer com o número cravado de vagas sem qualquer flexibilidade", pondera.

Mudanças na preparação

Estevan Barbosa, 27 anos, estuda para concursos há seis meses. Seu objetivo é a carreira de educação, seja como professor ou como técnico em assuntos educacionais. O químico já foi aprovado em uma seleção anterior, mas não alcançou nota mínima para estar dentro das vagas de cadastro reserva. Para ele, a proposta da deputada prejudicaria os concurseiros, tornando mais demorado e mais difícil o processo de aprovação.

"A concorrência para concursos sempre foi alta, mas acredito que, no período da pós-pandemia, as pessoas passaram a considerar mais a possibilidade de ter uma estabilidade financeira e, por isso, a busca por concursos hoje em dia está ainda maior. Acredito que, se o projeto for aprovado, teremos essa grande quantidade de pessoas disputando um número ainda mais reduzido de vagas", defende.

Na visão de Gabriel Granjeiro, a proposta tem dois lados: de um, os candidatos terão mais oportunidades para fazer provas, de outro, porém, terão que estar melhor posicionados para garantir a convocação. "Será importante se preparar com qualidade, com antecedência, porque, no final das contas, o candidato precisa de só uma vaga", defende.

Senador Wellington e Mauro Mendes destinam R\$ 1 milhão para prefeito Parassu construir asfalto em Luciara

Por meio de uma emenda do senador Wellington Fagundes repassada ao governo do Estado de Mato Grosso, através da Secretaria de Infraestrutura (Sinfra), com o apoio direto do governador Mauro Mendes, a Prefeitura Municipal de Luciara acaba de receber R\$ 1 milhão de reais para aquisição de materiais que serão aplicados na pavimentação asfáltica da entrada da cidade.

A obra sempre foi um sonho do prefeito Parassu Freitas, da sua equipe de governo e da população Luciarense, a nova infraestrutura colocará fim a lama e poeira tanto da entrada da cidade quanto dos bairros adjacentes, desta feita melho-



rando a qualidade de vida de toda comunidade e proporcionando

um novo visual para a cidade.

TJ anula prescrição e deputado Juarez Costa volta a responder ação por improbidade administrativa

O desembargador da Segunda Câmara de Direito Público e Coletivo, Luiz Carlos da Costa, suspendeu a decisão que declarou a prescrição de um processo em que o deputado federal Juarez Costa (MDB-MT) responde por improbidade administrativa. O parlamentar, que já foi prefeito de Sinop (501 Km de Cuiabá), teria concedido aumentos irregulares a servidores do município.

Em decisão monocrática publicada no dia 8 de novembro, o desembargador esclareceu que julgamentos do Supremo Tribunal Federal (STF) apontam que a prescrição intercorrente – espécie de “absolvição”, que beneficiou Costa,



ocorrerá só em 27 de outubro de 2025. Ele suspendeu a eficácia da decisão de primeira instância até a

análise pelo Colegiado da Segunda Câmara de Direito Público e Coletivo.

NO TRÂNSITO, ESCOLHA A VIDA.



NO TRÂNSITO, FAÇA SE BEBER, NÃO DIR

Use o cinto de segurança,
e respeite a sinalização e o limite de velocidade.
Quem dirige tem suas escolhas.
E também consequências.



A ESCOLHA CERTA: ÁGUA.

de.



**Governo de
Mato
Grosso**

Vai à Câmara projeto que denomina João Bosco Araújo rodovia entre Goiás e Mato Grosso



A Comissão de Infraestrutura (CI) aprovou no dia 28 de novembro, o projeto que dá o nome de João Bosco de Aquino Araújo ao trecho rodoviário da BR-070 entre Goiás e Mato Grosso. O PL 2.686/2022, do senador Wellington Fagundes (PL-

MT), recebeu parecer favorável do senador Jayme Campos (União-MT). Caso não haja recurso para votação em Plenário, o projeto seguirá para análise da Câmara dos Deputados. João Bosco de Aquino Araújo era filho do deputado estadual Heronides Araújo, autor da lei que emancipou a cidade de Barra do Garças (MT) em 1948, pertencente até então ao município de Araguaiana. Foi pioneiro em radiodifusão em Barra do Garças com a Rádio Difusora AM, inaugurada em 1986, hoje Rádio Jovem PanFM.

O trecho que receberá o nome do comunicador começa no quilômetro 468,6 da BR 070-GO e vai até o quilômetro 6,7 da BR 070-MT, passando pelo Contorno Rodoviário de Aragarças (GO), pontal do Araguaia (MT) e Barra do Garças (MT).

Margareth Buzetti lamenta casos de feminicídio em Mato Grosso



A senadora Margareth Buzetti (PSD-MT) lamentou, em pronunciamento no dia 28 de novembro, o assassinato de uma mãe e três filhas em Sorriso (MT). A senadora destacou que Cleci Calvi Cardoso, de 46 anos, e as filhas Miliane, de 19 anos; Manuela, de 13 anos; e Melissa, de 10 anos, foram encontradas mortas den-

tro da residência da família, na segunda-feira (27). O autor do crime trabalhava como pedreiro em uma obra ao lado da casa das vítimas. “Há dois meses, esse monstro invadiu a casa de uma mulher que estava dormindo em Lucas do Rio Verde [MT], estuprou e tentou matá-la a facadas, e, antes disso, tinha roubado e matado uma outra em Mineiros, estado de Goiás. Esses eram os mandatos de prisão expedidos contra ele. Como é que um monstro desses estava solto? Como é possível? Quem está falhando?”, questionou.

A senadora destacou a crueldade do crime e apontou a importância de mudanças na mentalidade e na educação da população. Buzetti enfatizou a necessidade de leis mais rígidas, e citou projeto de autoria dela (PL 4.266/2023), aprovado recentemente no Senado, que torna mais rigorosa a punição à violência contra a mulher, conhecido como pacote antifeminicídio.

Assis reage a crimes e vê falhas no sistema penal

Deputado Federal Coronel Assis (União-MT), criticou o sistema penal Brasileiro, em discurso na Câmara Federal, nessa terça-feira (28). Ao abordar sobre o caso de assassinato da mãe e três filhas em Sorriso (396 km de Cuiabá), o parlamentar apontou que as falhas existentes no país colaboram para crimes bárbaros.

“Será que esse bandido merece ser sustentado pelo Poder Público? Esse criminoso não merece a progressão de regime, nem mesmo ver a luz do sol”, apontou o deputado em discurso.

Coronel Assis afirma ainda que criminosos hediondos, com elevado grau de crueldade como no caso de Sorriso, também não podem ser beneficiados pelas brechas que hoje existem na legislação penal e processual penal.



Fábio diz estar satisfeito e não irá trocar liderança

O deputado licenciado, secretário-chefe da Casa Civil, Fábio Garcia (União), demonstra satisfação com o trabalho realizado pelo deputado estadual Dilmar Dal Bosco dentro do União. Segundo ele, o parlamentar desempenha muito bem os trabalhos à frente do partido, e que ajudou muito e continua ajudando e não cogita a troca na liderança do União Brasil.





Abílio 'adota' tom conciliador e reclama da rede pública de ensino

O deputado Abílio Brunini (PL), reclamou de falta de estrutura na rede pública de educação e falta de reconhecimento e valorização dos profissionais de educação em Cuiabá. Segundo ele, não dá para fazer uma avaliação simples sem observar todo o contexto do porquê das metas não serem alcançadas. “Não é só dar uniforme e mochila. O importante é, se dentro do ambiente as condições da escola não forem boas, não terá um aprendizado digno”, concluiu.



Amália diz que oposição vai votar contra, mas Reforma deve ser aprovado

A deputada Amália Barros (PL), afirmou que, mesmo que a oposição se organize para votar contra a Proposta de Emenda à Constituição (PEC 42/2019) da Reforma Tributária, o texto deverá ser aprovado. A proposta foi aprovada por maioria no Senado Federal. Após alterações, a PEC volta para a Câmara para uma nova votação, que deve ocorrer essa semana.



Fagundes diz que reforma tributária vai gerar sonegação e prejuízos

O senador Wellington Fagundes (PL), fez duras críticas ao texto da Reforma Tributária. Segundo ele, o texto aprovado no Senado beneficia as grandes corporações em detrimento do trabalhador. “Quem acaba levando a vantagem não é o trabalhador e o pequeno e microempresário, mas as grandes corporações”. O texto segue para votação na Câmara Federal.



Aprovada prorrogação do Refis Rural até dezembro de 2025

A Comissão de Agricultura (CRA) aprovou no dia 22 de novembro o Projeto de Lei (PL) 5.109/2020, que prorroga o prazo de adesão ao Programa de Regularização Tributária Rural (PRR) até 31 de dezembro de 2025. A matéria, que também autoriza a renegociação de dívidas, será encaminhada à Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), onde será apreciada em caráter terminativo.

De autoria do senador Angelo Coronel (PSD-BA), o projeto original previa a adesão ao programa até dezembro de 2021, mas foi alterado por meio de emenda apresentada pelo relator da matéria, senador Jorge Seif (PL-SC).

Outra emenda apresentada ao projeto altera o artigo 20-A da Lei 13.606/2018, que institui o Programa de Regularização Tributária Rural (PRR), como forma de autorizar a concessão dos descontos até 31 de dezembro de 2025, no caso de débitos de responsabilidade de agricultores familiares que atendam aos requisitos da Lei 11.326/06. O prazo de prescrição das dívidas de crédito rural de que trata o dispositivo fica suspenso até 31 de dezembro de 2025.

Conselho de Previdência de Mato Grosso debate equilíbrio financeiro do MT Prev



Deputado estadual Carlos Avallone (PSDB). Foto: Helder Faria

Em pauta, cinco temas foram debatidos com representantes do governo do estado, Assembleia e representantes de órgãos públicos

José Luis Laranja

O deputado Carlos Avallone (PSDB) representou a Assembleia Legislativa durante a 24ª reunião ordinária do Conselho de Previdência de Mato Grosso, que aconteceu no dia 23 de novembro, no Palácio Paiaguás, em Cuiabá.

Cinco temas foram debatidos durante o encontro: apresentação dos cenários da reforma tributária, esclarecimentos acerca da ADI nº 1015626-30.2021.8.11.0000 (Ação Direta de Inconstitucionalidade), taxa de administração 2024 e apresentação pelo

grupo de trabalho do estudo do impacto da contribuição previdenciária até o teto de Regime Geral de Previdência Social (RGPS).

Durante a reunião, Avallone falou que a situação da previdência do estado nos últimos quatro anos melhorou bastante.

“Tínhamos déficit muito alto e, com todas as decisões tomadas, com apoio da Assembleia Legislativa, conseguimos colocar a previdência no rumo correto”, avaliou.

“Algumas coisas estão sendo muito

doídas para todos nós, entre elas o teto do INSS, que são seis salários-mínimos de isenção, não ter sido alcançado ainda. Quando os deputados aprovaram isso há quatro anos, nós entendemos que conseguiríamos sair de um para três salários-mínimos, mas não tivemos êxito”, apontou Avallone.

Na oportunidade, o parlamentar comentou que o Estado pode avançar nos números, porém alertou sobre os impactos financeiros que podem causar ao estado.

“Todos esses estudos são para tentar mostrar ao estado que temos condições de avançar. Para mim não é justo que o custo de tudo para se consertar na previdência vá cair em cima dos aposentados, que estão precisando desse recurso para pagar a saúde”, disse.

“A Assembleia, quase majoritariamente, pensa dessa maneira. Temos a responsabilidade fiscal de não aprovarmos nada que vá causar um impacto que não seja impossível para o estado, mas precisamos sinalizar isso e mostrar um avanço na questão da previdência”, revelou.

Um dos pontos da pauta debatida na reunião desta quinta-feira foi a questão da importância da manutenção do equilíbrio financeiro pelo MTPrev. “A previdência não é uma coisa simples, mas sim um assunto complexo e de difícil discussão, por isso a dificuldade é maior. Tenho me dedicado bastante tempo ao estudo da questão da previdência. Precisamos de mais informações, porque não podemos jogar para cima dos aposentados, é muito doído para todos nós”, concluiu ele.

O presidente do MTPrev, Elinton Oliveira de Souza, lembrou que a reunião de hoje foi o cumprimento de uma pauta permanentemente prevista em lei. A cada bimestre, o Conselho de Previdência se encontra para reajustar os pontos.

“Nós temos que fazer uma reunião do Conselho de Previdência. Trata-se de um conselho paritário com seis representantes patronais e seis dos servidores. Então, as pautas que vão entrando na agenda, a cada dois meses acontecem as deliberações”, esclareceu Souza.

Conforme declarações do presidente, o plano do MTPrev era para ser a unidade gestora única das aposentadorias dos servidores do estado de Mato Grosso. No entanto, falou Souza, hoje não foi efetivado.

“A emenda da Constituição Federal nº 103, que trouxe a reforma da Previdência

mais recente, deu um prazo máximo de dois anos para implementação para a unidade de gestora única, que conta com 70% integrados no MTPrev, como concessão de benefícios, compensação previdenciária, vários serviços estão sendo executados pelo MTPrev”, mostrou ele.

“Nossa expectativa é que, no mais tardar, no primeiro trimestre de 2023, tenhamos todos os serviços sendo realizados pelo órgão. Antes de 2019, havia um déficit financeiro no valor de R\$ 1,3 bilhão. Após a reforma, a Previdência caminha para uma sustentabilidade”, comentou.

“Todos esses estudos são para tentar mostrar ao estado que temos condições de avançar. Para mim não é justo que o custo de tudo para se consertar na previdência vá cair em cima dos aposentados, que estão precisando desse recurso para pagar a saúde”, disse o parlamentar Carlos Avallone (PSDB).

Segundo ele, atualmente, o MTPrev tem um superávit R\$ 1 bilhão em caixa. E, pelo plano de custeio que foi aprovado pela Assembleia Legislativa em 2021, esse montante deve chegar em 2027 com aproximadamente R\$ 4 bilhões em caixa.

“Hoje, o MTPrev está pronto 100% para atender os servidores, hoje já tendemos o Poder Executivo e administramos o sistema de proteção social dos militares, ou seja, 90% dos servidores do estado já estão no MTPrev, o que faltam são os Poderes e órgãos autônomos. A Assembleia Legislativa nos procurou porque tem interesse em agilizar o processo dos servidores da Casa de Leis no MTPrev”, destacou.

Entre as pautas debatidas foi a questão da reforma tributária, que pode

trazer impactos para as aposentadorias do sistema previdenciário. O presidente do MTPrev entende que o estado poderá ser prejudicado com essa reforma tributária.

“O nosso plano de custeio recebe repasse do Tesouro Nacional até 2028, por exemplo, e caso a arrecadação caia e o estado for prejudicado, pode afetar o caixa do tesouro e comprometer diretamente os repasses para a previdência. Estamos muito preocupados com essa situação também”, lembrou ele.

Outro ponto abordado na reunião foi a apresentação pelo grupo de trabalho do estudo do impacto da isenção da contribuição previdenciária até o teto do RGPS.

“A reforma federal nº 103 trouxe alguns pilares, descentralizando pontos que deveriam ser comprovados depois. O principal deles foi a busca do equilíbrio financeiro dos regimes próprios. Veja, por exemplo, com a adequação à alíquota de 14%, não tínhamos muito o que fazer, porque era uma imposição de lei. A Constituição diz que não pode ser praticado no ente federativo uma alíquota menor do que a praticada na União, então temos que fazer a adequação aos 14%”, destacou.

MTPrev

O Mato Grosso Previdência (MTPrev) foi criado pela Lei Complementar nº 560, de 31 de dezembro de 2014. Trata-se de uma entidade gestora única do Regime Próprio de Previdência Social do Estado de Mato Grosso.

É uma autarquia de natureza especial, dotada de autonomia administrativa, financeira e patrimonial, tem por objetivo gerir o Regime Próprio de Previdência Social do Estado de Mato Grosso, oferecendo serviços previdenciários aos segurados e seus dependentes, com legalidade, eficiência, transparência e excelência no atendimento, adotando medidas para manter a sustentabilidade do sistema.

TCE-MT: Representantes da ALMT participam da cerimônia de posse do conselheiro Sérgio Ricardo



O Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso (TCE-MT) empossou a 57ª Mesa Diretora, que será presidida pelo conselheiro Sérgio Ricardo, no dia 21 de novembro, em Cuiabá. O evento reuniu as principais autoridades políticas do Estado em uma cerimônia que o presidente empossado chamou de “reunião de trabalho para selar um pacto pelo bem de Mato Grosso”. Além de Sérgio Ricardo, compõem a Mesa Diretora referente ao biênio 2024/2025 os conselheiros Guilherme Antônio Maluf e José Carlos Novelli, como vice-presidente e corregedor-geral, respectivamente.

Ao lado de autoridades como o governador Mauro Mendes (União Brasil), o presidente da Assembleia Legislativa de Mato Grosso (ALMT), deputado Eduardo Botelho (União Brasil), a presidente do Tribunal de Justiça de Mato Grosso (TJ-MT), Clarice Claudino, o procurador-geral de Justiça, Deosdete Cruz Júnior, o senador Wellington Fagundes, e da presença de prefeitos, deputados estaduais e federais, secretários estaduais, vereadores e representantes de segmentos da sociedade civil, Sérgio Ricardo afirmou seu compromisso com a formação de gestores públicos para construção de um estado mais justo.

ALMT discute o papel do Hospital Júlio Müller no SUS



A Comissão de Saúde, Previdência e Assistência Social da Assembleia Legislativa de Mato Grosso (ALMT) discutiu em audiência pública, no dia 28 de novembro, o “Papel do Hospital Universitário Júlio Müller da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT) no Sistema Único de Saúde”.

O Hospital Júlio Müller é vinculado à Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (Ebserh). A Ebserh opera atualmente, de acordo com o gerente administrativo Cassiano Falleiros, com a taxa de ocupação de 98% e com a permanência média do paciente de 10 dias. “A taxa de mortalidade é extremamente baixa no hospital. Hoje, o hospital conta com 105 leitos, com 31 especialidades médicas. Há 65 consultórios. Este ano foram realizadas 3,9 mil cirurgias. O hospital ainda realizou 411 mil exames laboratoriais de análise clínica. O hospital atende a média e alta complexidade”, disse Falleiros.

PLDO: Deputados derrubam vetos do governo

Os deputados estaduais de Mato Grosso, em sessão ordinária no dia 29 de novembro, derrubaram cinco vetos do governador Mauro Mendes (União), a projetos aprovados na Casa de Leis. Foram três sessões ordinárias para votar os vetos e projetos em tramitação no plenário da Assembleia Legislativa. Os parlamentares derrubaram os vetos 64/2023, 101/2023, 67/2023, 71/2023 e o veto 106/2023. Só no PLDO foram derrubados outros quatro vetos apostos.

O Veto 106/2023, veto parcial apostado ao Projeto de Lei 1399/2023, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da Lei Orçamentária de 2024 e dá outras providências, de autoria do Executivo, teve a votação de dez vetos apostos, relacionados a emendas e parágrafos.



Calendário para discussão da LOA de 2024 é apresentado na ALMT



O deputado estadual Carlos Avallone (PSDB), presidente da Comissão de Fiscalização e Acompanhamento da Execução Orçamentária (CFAEO), apresentou durante sessão plenária no dia 29 de novembro, o cronograma de votação do Projeto de Lei 1399/2023, mensagem governamental, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da lei orçamentária de 2024. Conforme o parlamentar, a votação final da LOA ocorrerá em janeiro do próximo ano.

Carlos Avallone aproveitou a presença do secretário-chefe da Casa Civil, o deputado federal licenciado Fábio Garcia (União), para divulgar o calendário de tramitação da Lei de Diretrizes Orçamentária. Conforme Avallone, o calendário definido no Colégio de Líderes começa no dia 7 de dezembro, com uma audiência pública para debater a LOA de 2024.

Deputado retoma direito de debater contas públicas de Rondonópolis



O deputado estadual Claudio Ferreira (PL), o Paisagista, retomou na Justiça o direito de promover o debate sobre as contas públicas de Rondonópolis durante a gestão Zé do Pátio (PSB) e o que poderá ficar de passivo para o próximo prefeito, que assume em janeiro de 2025. Por força de liminar conseguida pelo atual prefeito, Cláudio estava impedido de tocar no assunto.

Parlamentares limpam a pauta em reunião da Comissão de Educação



A Assembleia Legislativa realizou a segunda reunião extraordinária da Comissão de Educação, Ciência, Tecnologia, Cultura e Desporto, na tarde desta terça-feira (28). Ao todo, foram analisados 34 projetos de lei, um requerimento e dois memorandos.

Na oportunidade, entrou em pauta o Requerimento 137414, proposto pela comissão, que requer a “revogação da súmula nº 01/2013”, de 24/04/2013, que estabelece que “não é prerrogativa da Assembleia Legislativa alterar o currículo das escolas com criação de disciplinas ou inserção de conteúdos”.

Deputado homenageia personalidades de MT



O Plenário da Assembleia Legislativa ficou lotado na noite do dia 27 de novembro. A celebração e a alegria envolveram os presentes na sessão especial que homenageou personalidades de destaque para Mato Grosso. O evento foi iniciativa do deputado Beto Dois a Um (PSB) que reuniu desde figuras políticas a membros da classe artística e empresários para entrega de títulos de cidadania e comendas.

Alta Floresta: LDO e LOA 2024 são apresentadas na Câmara de Vereadores

A audiência pública foi conduzida pela Comissão de Fiscalização e Acompanhamento da Execução Orçamentária

Lindomar Leal

A câmara Municipal de Vereadores de Alta Floresta realizou no dia 30 de novembro, a audiência pública para apresentação e discussão do Projeto de Lei 2258/2023, que dispõe sobre a elaboração da Lei de Diretrizes Orçamentária (LDO) e o Projeto de Lei nº 2267/2023, que define a Lei Orçamentária Anual estimando a receita e fixando a despesa para o exercício de 2024. Com isso, o Poder Legislativo, cumpriu uma exigência constitucional e Social e os requisitos legais em atendimento aos termos do artigo 48, parágrafo único da Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2.000. A audiência terá início às 09:00 horas e acontecerá no Plenário do Poder Legislativo.

A audiência pública foi conduzida pela Comissão de Fiscalização e Acompanhamento da Execução Orçamentária, que é composta pelos vereadores Marcos Roberto Menin, Francisco Ailton dos Santos e Derci Paulo Trevisan e contou com a apresentação do Secretário de Administração e Finanças da Câmara Municipal, o contador Creomar Batista Camilo.

De acordo com os projetos de lei enviados pelo Executivo Municipal para apreciação no Legislativo Municipal, a previsão de receita da administração direta para 2024 é de R\$ 330.126.590,00. Já o orçamento da administração indireta, no caso o Instituto de Previdência de Alta Floresta (IPREAF), está estimado em R\$ 40.742.000,00.



Foto: Divulgação

Pela previsão orçamentária, a Secretaria de Educação terá um orçamento de R\$ 77.967.500,00 (21,02%). Para a Secretaria de Saúde a previsão é de R\$ 57.595.620,00 (15,53%). Já a Secre-

mais transparência da administração pública”, disse o vereador Marcos Menin, presidente da Comissão de Fiscalização e Acompanhamento da Execução Orçamentária.

“A elaboração dessa lei para o ordenamento dos investimentos de 2024 foi muito bem pensada, bem trabalhada, procurando atender todas as necessidades do município. Então, temos um orçamento estimado de R\$ 370 milhões e esperamos que em 2024 consigamos atingir essa arrecadação, para que toda programação possa se tornar em investimento para o nosso município”, disse o secretário de Fazenda, Paulo Moreira.

O secretário de Fazenda, Paulo Moreira, disse que a elaboração das leis que definirão o orçamento do próximo exercício passou por um processo cuidadoso.

taria de Infraestrutura e Serviços Urbanos terá um orçamento estimado em R\$ 46.519.159,00 (12,54%). Juntas, as três secretarias somam uma previsão de 49,09% em relação ao orçamento total.

Com a realização da audiência, os projetos de lei seguiram os trâmites regimentais normal antes de serem deliberados pelo soberano plenário.

“Com a realização desta audiência pública estamos dando ainda

“A elaboração dessa lei para o ordenamento dos investimentos de 2024 foi muito bem pensada, bem trabalhada, procurando atender todas as necessidades do município. Então, temos um orçamento estimado de R\$ 370 milhões e esperamos que em 2024 consigamos atingir essa arrecadação, para que toda programação possa se tornar em investimento para o nosso município”, disse o secretário.

Emoção marca celebração dos 80 anos do IFMT Campus São Vicente na Câmara de Cuiabá

Evento foi marcada com entrega de Moções de Aplausos a gestores, servidores e ex-alunos

Donatto Aquino

Os 80 anos do Instituto Federal de Mato Grosso (IFMT) Campus São Vicente foi celebrado durante Sessão Solene na Câmara de Cuiabá, com entrega de Moções de Aplausos a gestores, servidores e ex-alunos. O requerimento para o evento realizado no dia 27 de novembro é do vereador Johnny Everson (PDT). Servidores, professores, ex-alunos e gestores foram homenageados no Plenário das Deliberações Paschoal Moreira Cabral.

O vereador Johnny Everson justificou que o IFMT é a maior escola agrícola do país, situada no principal estado produtor de matéria-prima de alimentos, não apenas para o país, mas para o mundo. “Então, nada mais providencial, nada mais justo do que homenagear estes servidores, que há 80 anos fazem dessa escola um sinônimo, um símbolo de excelência. Eu costumo dizer que as instituições, as escolas, não são tijolos ou concretos, mas são pessoas que dali fazem o seu labor, ali atendem as questões sociais e a educação é a principal delas”, afirmou.

A ex-aluna do IFMT, Campo São Vicente, Cleonice Jacilda Silva conta que se sentiu honrada e surpreendida, ela junto as irmãs, foram as primeiras mulheres a estudar na unidade. “Nosso pai era funcionário da escola, e nós éramos 10 filhos, e não tínhamos condições de estudar em Cuiabá. Por isso, abriram essa exceção. Eu e minha irmã fomos uma das primeiras alunas, no meio dos meninos. O IFMT nos deu uma base de formação pra gente, profissional, esco-



O IFMT é considerado a maior escola agrícola do país. Foto: Divulgação

lar, teórica, convivência tudo nós aprendemos lá”, lembra a homenageada, que é atualmente delegada da Polícia Federal.

Já o diretor-geral do IFMT - Campus São Vicente agradeceu o reconhecimento do vereador Johnny Everson. “Para nós é uma alegria sermos lembrados, porque nós somos um distrito a quase 90 quilômetros do centro de Cuiabá, mas que formamos muitas gerações, são mais de 12 mil alunos que estudaram lá.”

O diretor-geral do IFMT Campus São Vicente conta que atualmente 420 alunos estão na unidade em regime de internato, sendo que 150 são de Cuiabá ou da Baixada. Além dos servidores, que moram na capital e vão todo dia para o Instituto.



Também compuseram o dispositivo de honra na Sessão Solene, o Diretor Executivo IFMT, Cristovam Albano Silva Junior, o Secretária Adjunta Estadual de Agricultura Familiar, Luiz Arthur De Oliveira Ribeiro, a representante da Conab, Gloria Maria Munhoes e a representante da Secretaria de Agricultura Trabalho e Desenvolvimento de Cuiabá, Kassila Marília Pires.

Cuiabá: Lei que regulamenta parcerias sociais é aprovado

O Projeto de Lei de autoria do vereador Johnny Everson (PDT), que estabelece o regime jurídico das parcerias com as Organizações da Sociedade Civil (OSC), foi aprovado na Câmara de Cuiabá, durante a Sessão Plenária Ordinária nesta terça-feira (28.11). A Lei nº 270/2023 aprovada por 22 votos favoráveis, dispõe sobre a aplicação no âmbito municipal da Lei Federal Nº 13.019 de 2014, conhecida como MROSC.



Rosário Oeste: Vereador leva demandas ao Ministro da Agricultura Familiar

O Vereador João Augusto (Tito da Forquilha), acompanhado pela senhora Natalina Mendes, Presidente da Associação Entre Rios, estiveram reunidos com o Ministro da Agricultura Familiar Carlos Fávaro, na reunião estiveram presentes o Deputado Estadual Valdir Barranco, superintendente do INCRA de Mato Grosso Edtânio Santos de Oliveira.



Nova Mutum: Parlamentares protocolam ação contra a Energisa

Os representantes do Legislativo estiveram na tarde da última sexta-feira (24), em reunião com a Promotora de Justiça Cível, Dra. Tereza de Assis Fernandes, para protocolar junto ao Ministério Público de Nova Mutum, uma ação contra a empresa Energisa. A motivação da ação foram as diversas reclamações apresentadas por parte da sociedade, que mesmo após direcionadas pelo Legislativo quanto a baixa qualidade dos serviços prestados, não teve resposta a contento por parte da empresa fornecedora de energia.



Lucas Do Rio Verde: Vereadores pedem aumento de efetivo Policial

A segurança pública em Lucas do Rio Verde foi um dos temas mais debatidos pelos vereadores em uma sessão ordinária. A principal cobrança feita pelos parlamentares é para que a Secretaria de Estado de Segurança Pública (Sesp) aumente o número de policiais civis e militares e bombeiros no município.





Sorriso: Câmara aprova PL que proíbe campanhas que incentivem o aborto

Durante a sessão ordinária desta segunda-feira (27), a Câmara Municipal de Sorriso aprovou uma 3ª votação, o projeto de lei nº 163/2023, que proíbe a promoção de políticas públicas, campanhas ou manifestações de qualquer natureza que incentivem a prática do aborto, por qualquer dos órgãos da Administração Pública direta, indireta e das autarquias do município.

Mais que representar, as leis são feitas para acolher.

Elas devem garantir com que cada cidadão possa participar da vida em sociedade, garantir seus direitos e ter como cumprir seus deveres.

A Assembleia Legislativa está aqui para, por meio das leis, fazer com que todos os mato-grossenses se sintam membros ativos e participantes da sociedade.



Confira algumas leis feitas para que os mato-grossenses tenham acessibilidade:

- Lei 12.084: obrigatoriedade de equipamentos de lazer para pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida nos parques públicos estaduais
- Lei 12.244: presença de tradutor e intérprete de Libras em eventos oficiais
- Lei 12.191: atendimento especializado nas provas do Detran para pessoas com Transtorno do Espectro Autista - TEA
- Lei 12.166: criação da Carteira de Identificação para Portadores de Doença Celíaca
- Lei 12.218: concessionárias de serviços públicos com atendimento adequado às pessoas com deficiência visual

- Lei 12.130: garantia de acessibilidade das pessoas com deficiência visual a projetos culturais

- Lei 12.301: diretrizes para atendimento dos portadores de Atrofia Muscular Espinhal - AME
- Lei 12.074: assentos em locais determinados aos alunos com Transtorno de Déficit de Atenção com Hiperatividade - TDAH
- Lei 11.985: atendimento prioritário para pessoas com visão monocular
- Lei 11.704: proíbe a transferência e o remanejamento, sem anuência dos pais, de alunos com TDAH, Dislexia e Transtorno do Espectro Autista - TEA



NEWLINE
SISTEMAS DE SEGURANÇA



Mudou e precisa de um
Sistema de Segurança inteligente?
Conte com a New Line